

Uma equipe econômica dividida

“As limitações a que estaria condicionada a política econômica far-se-iam sentir na preparação da estratégia do governo Geisel: sua vontade férrea havia conferido prioridade à abertura política, então cuidadosamente denominada distensão (...).

“Fez-se o anúncio da equipe híbrida, conservando-se no Planejamento a mesma equipe que se notabilizara por produzir os ‘projetos de impacto’ do governo Médici, trocando-se apenas, na Fazenda, o otimismo irrestrito de Delfim Netto pelo conservadorismo cartesiano de Mário Simonsen.

Como árbitro das eventuais divergências sobre os rumos da economia, um presidente sempre presente, auxiliado pelo general Golbery do Couto e Silva, certamente o militar mais equipado para chefiar uma Casa Civil de transição (...).

“A aprovação do II PND significou, além da vitória do pessimismo quanto a elasticidades, a subordinação dos objetivos de estabilização às metas de longo prazo. Daí em diante, nos conflitos entre a Secretaria de Planejamento (Seplan) e o Ministério da Fazenda, a primeira levava a vantagem de ter um plano de jogo, ao contrário do Ministério da Fazenda, que adotara uma estratégia híbrida de tentar o controle moderado da demanda com fases de controles de preços mais ou menos rigorosos. Nesse contexto, não obstante o brilho da argumentação do titular da Fazenda (Simonsen), que certamente em seus despachos semanais com o general-

presidente tendia a cobrar maior apoio para o combate à inflação, a balança pendeu aos argumentos do ministro da Seplan (Reis Velloso), calçados em uma estratégia desenvolvimentista estabelecida, e o qual tinha na secretaria-executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico oportunidade para definir a agenda do mesmo e assim arregimentar apoio para o programa de investimentos.

“Explica-se assim, por exemplo, o perfil dos desembolsos do governo através do BNDE (...). Pode-se afirmar que se o presidente Geisel deu ao seu ministro da Fazenda uma chance para promover um ajuste rápido, em termos práticos, sua própria confiança em Simonsen não foi suficiente para que desse ao ministro carta branca para promover o aperto monetário e fiscal necessário para preparar a economia para uma etapa de ajuste estrutural”.